

CONSELHEIROS QUEREM O DIÁLOGO,

REITOR ENCERRA SESSÃO SEM ENCAMINHAR O PEDIDO

Parecia que o Conselho Universitário voltaria à sua velha forma, quando os grandes problemas da universidade eram discutidos pelos legítimos representantes da universidade. Porém, ficou no quase, porque quando os conselheiros levantavam o pedido de mediação do Conselho, o professor Dirceu de Mello terminou abruptamente a sessão impedindo que a vontade de vários conselheiros fosse concretizada.

O debate começou quando o reitor abriu a sessão de 27/4 e colocou a sua mágoa com relação ao teor da matéria assinada pela diretoria da APROPUC no último **PUCviva**. O reitor tomou para si a acusação de crime trabalhista feita pela matéria, quando ela se referia ao desrespeito às cláusulas constitucionais dos direitos trabalhistas, quan-

do Fundação e Reitoria encaminharam um acordo individual, sem a anuência das entidades de classe. O reitor lembrou ainda que prestigia as associações e que restabeleceu um canal de comunicação rompido na gestão anterior, mas que as afirmações contidas no **PUCviva** eram severas.

Na sequência, vários conselheiros pediram a palavra (veja matéria nesta página) e, lamentando a situação de confronto entre a APROPUC e os gestores, encaminhavam para um processo de diálogo entre as partes.

O professor Hélio Deliberador, na sua condição de pró-reitor comunitário, colocou-se à disposição dos conselheiros para mediar as discussões. Porém o reitor, ao estilo dos técnicos de basquete, solicitou um tempo até o final da sessão.

Depois que toda a pauta foi cumprida os conselheiros solicitaram que o reitor retornasse à questão. Nesse instante o professor Dirceu apontou para a impossibilidade de viabilizar o que os conselheiros pediam, levantou-se da mesa e encerrou a sessão, não dando oportunidade para que nenhum conselheiro se manifestasse sobre sua posição, uma vez que agora o conselho termina imprudentemente ao meio-dia.

"Eu não tenho a cara de pau de assinar um acordo individual, como o proposto pela PUC-SP"

Após a fala do reitor, vários conselheiros manifestaram a sua preocupação quanto à situação de estreitamento das relações entre a APROPUC, Reitoria e Fundação São Paulo.

O primeiro a usar a palavra foi o professor Edson Passetti, representante docente da Faculdade de Ciências Sociais. Passetti classificou o momento como preocupante, entendendo que é a primeira vez que se chega a um rompimento desta magnitude. Para o professor, o sistema neoliberal inaugurou práticas de valorização dos acordos individuais, em detrimento da organização coletiva dos trabalhadores. E é este modelo que está sendo implantado, mesmo que involuntariamente, pelos gestores da universidade. "Por mais que eu precise deste dinheiro, eu não tenho a cara de pau de assinar um acordo individual numa instituição como a PUC-SP", concluiu o professor.

O professor Luiz Carlos de Campos, diretor da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, lembrou sua atuação como diretor da APROPUC, entendendo que a ruptu-

ra é ruim para todos os lados. "Espero que neste momento parta da Reitoria uma proposta de discussão, pois não podemos perder de vista aquilo que representou para o movimento dos trabalhadores a luta dos professores da PUC-SP".

O professor Fábio Gallo, da Faculdade de Economia e Administração, afirmou que "assusta-me perder o diálogo. Não me sinto à vontade para assinar uma proposta individual. Acho que o Consun deveria formar uma comissão para recuperar um pouco a relação estremeçada", disse.

Luiz Augusto de Paula Souza, o Tuto, diretor adjunto da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, no mesmo sentido dos outros docentes encaminhou para o diálogo "Mais do que dois ou três salários, vejo um descrédito das saídas coletivas, em favor de soluções meramente pragmáticas. Acho lamentável, pois o acordo individual aponta para a nossa incapacidade de gerar soluções coletivas e vai contra nossa capacidade de mobilização para resolver tais questões", afirmou.

VEJA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Editorial da APROPUC
analisando a situação

Os esclarecimentos
sobre as dúvidas
dos professores

A solidariedade
aos professores
da PUC-SP

EDITORIAL

Carta aberta da APROPUC aos professores da PUC-SP

A intenção da Fundação e da Reitoria de impor uma expropriação salarial de 40% e um expurgo do reajuste salarial do dissídio de 2005 está em andamento, por meio de uma autorização individual dos professores. As negociações com a APROPUC serviram de pretexto para essa ação expropriatória. A Fundação e Reitoria montaram a farsa do diálogo para depois acusarem a APROPUC de não querer um acordo. Apresentamos vários estudos, que contaram com a contribuição do SINPRO-SP, para o pagamento ao longo do tempo, demonstrando que a PUC-SP não necessitava recorrer a empréstimos bancários. Todas as variantes foram desconsideradas. Não obstante, a Fundação e Reitoria tinham os cálculos prontos de perda de 40% do valor a ser pago e a decisão de expurgar o índice, de forma a obter um rebaixamento dos salários. Exortamos os professores a consultarem os estudos da APROPUC/SINPRO-SP para constatarem que se trata de um confisco e uma violação do dissídio coletivo.

A "Autorização para emissão de termo de acordo" é uma imposição. Os trabalhadores da PUC-SP estão sendo constrangidos a abrir mão do dissídio coletivo e a criarem um grave precedente para o movimento sindical. Em sua carta aos professores, Fundação e Reitoria dizem que têm recebido manifestações de professores da Casa querendo celebrar Acordos Individuais nos termos dos gestores. Trata-se de um jogo para acobertar o constrangimento. Certamente, não faltam aqueles que prestam serviço à Fundação e Reitoria. Não estão do lado das necessidades dos assalariados, do direito inalienável do dissídio coletivo e do ensino.

Os professores não devem aceitar a manobra de que a manifestação em favor de abrir mão de 40% e da incorporação dos 7,66% vem dos próprios assalariados. Não, absolutamente não! A Fundação e a Reitoria arquitetaram a imposição do acordo individual. Aqueles que por ventura acharem que

estão decidindo espontaneamente pelas perdas e pelo expurgo devem refletir que muitos outros não o estão. O dissídio coletivo é uma das conquistas mais importantes dos assalariados, sem o qual não há como defender a força de trabalho da exploração e das arbitrariedades patronais. Para a Fundação e Reitoria - o lado patronal -, a violação do dissídio com a suposta anuência dos assalariados é um grande ganho não só financeiro, mas também político, uma vez que rompe a luta histórica das campanhas e conquistas salariais, que muitas vezes exigem a greve e enorme sacrifício de luta. Abre-se um grave precedente contra o dissídio coletivo não só na PUC-SP, mas também no conjunto das escolas particulares, representadas pelo sindicato.

Estamos diante da almejada flexibilização do trabalho, que em sua essência liquida conquistas trabalhistas e rompe a unidade coletiva dos assalariados. Os colegas devem atentar para o fato de que a Fundação e Reitoria não querem apenas que sacrifiquemos 40% dos haveres, mas fundamentalmente que aceitemos o expurgo de mais de 6% do índice de 7,66%, que ao longo dos anos resultarão em um rombo nos salários. Como aceitar a violação de nosso reajuste e a violação geral do acordo coletivo que rege o conjunto dos assalariados das escolas privadas?

O padre João Julio Farias e o padre Rodolpho Perazzolo, Secretários Executivos da Fundação, e o reitor Dirceu de Mello pleitearam o impossível da APROPUC, para depois acusar a sua diretoria de não dialogar. Não havia diálogo. Havia um cálculo de brutais perdas, que simplesmente teríamos de homologar. A isso se chama de traição aos interesses dos trabalhadores e não de diálogo e nem de acordo.

Impressiona a má fé dos representantes da Igreja e do Reitor ao usar o argumento de que a APROPUC é pouco representativa dos professores. Se tivéssemos aceito as condições pleiteadas, estaríamos representando os interesses patronais da Fundação e da Reitoria. Como não o

fizemos, estamos legitimamente cumprindo o dever de uma diretoria eleita para defender o trabalho e o ensino. Os representantes da Igreja intervieram diretamente na direção da Universidade, contra a vontade da maioria. E o Reitor eleito teve em seu programa a expropriação salarial e a quebra do dissídio?

Nenhum professor pode dizer que a diretoria da APROPUC não está cumprindo o programa. Caso contrário, pretende-se exigir da Associação que negue os direitos coletivos e admita que se sobreponha a individualidade por cima do conjunto.

A Fundação faz o apelo de que a PUC-SP "é mais do que percentuais, mais do que associações, mais do que todos nós, ela é a Casa de Todos (...)". O fato de alguém concordar com essa abstração interesseira não lhe confere o direito de violar o dissídio coletivo, confiscar parte do salário e expurgar o reajuste. Na realidade, a PUC-SP é a relação entre professores e alunos, assim como qualquer escola. Mas, sob forma de propriedade privada, essa relação se subordina a uma força econômica e administrativa alheia ao ensino. A Fundação e Reitoria, ao quebrarem direitos trabalhistas, ao impingirem a assinatura individual de renúncia de direitos, mostram que a PUC-SP não é a "Casa de Todos", mas a Casa de um proprietário.

Não podemos aceitar que interesses mercantis do proprietário resultem em um golpe tão profundo nas condições de existência e trabalho dos professores. Que professor dedicado ao ensino na PUC-SP não sente o peso da jornada e a perda das condições elementares de trabalho? A felicidade e o amor dos professores muito se perderam com a mercantilização e a eliminação de traços democráticos do passado. A aparência faz parte da realidade, mas para escondê-la.

Durante cinco anos, a Fundação deixou de cumprir o dissídio, alegando a crise financeira. Os professores arcaram com o descumprimento. Agora, o proprietário quer que renunciemos ao direito trabalhista. Nós já arcamos

com medidas violentas, como demissão em massa, aumento da jornada de trabalho (maximização) e eliminação de cláusulas de Acordo Interno.

Não vamos omitir que a Fundação e a Reitoria tiveram a seu favor o imobilismo dos professores, que contrasta com nossa trajetória de luta. Inúmeras medidas foram tomadas no sentido da mercantilização do ensino. Ainda a Fundação e a Reitoria contam com a passividade para atacar a APROPUC e impor pela via individual o rompimento do dissídio.

Repetimos, fizemos todo esforço de negociação, mas vimos que a posição confiscatória da Fundação e Reitoria era irremovível. Mantivemos os professores bem informados sobre as conversações. Apresentamos publicamente os estudos. Convocamos reuniões e assembleias. Garantimos a livre expressão e a democracia sindical. A decisão de recorrer à Justiça para que a Fundação cumpra na forma da lei o dissídio coletivo foi tomada pela assembleia. Chamamos os professores a apoiá-la.

Nós assalariados - uma parte dos professores não necessita dos ganhos da PUC-SP - devemos olhar para a economia em perspectiva. Avança o custo de vida. A inflação poderá retornar. Amanhã vamos nos aposentar, com que salário? A não incorporação dos 7,66% pesará duramente sobre os ganhos defasados. E as novas gerações de professores herdarão que piso salarial? Um verdadeiro assalariado - aquele que vive apenas de suas forças de trabalho - não pode ser transigente com as relações de exploração a que estão submetidos. A diretoria da APROPUC e o SINPRO-SP cumpram o seu dever. Respeitemos a soberania da assembleia, defendamos a democracia sindical. Rechacemos a imposição de confisco, velada por palavras líricas como a "Casa de Todos". Não abramos mão dos princípios classistas. Vigiem pelos direitos coletivos!

Diretoria da Apropuc



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br
- **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischtordt

APROPUC entra com ação na Justiça do Trabalho

Diante das infrutíferas negociações realizadas entre a APROPUC, SINPRO-SP, Reitoria e Fundação São Paulo, as entidades dos professores entraram na semana passada com processo judicial no Tribunal Regional do Trabalho, reivindicando o reajuste de 7,66%, relativo a 2005, bem como o montante acumulado ao longo dos últimos cinco anos.

A primeira audiência já está agendada para o dia 24 de fevereiro de 2011, na 76ª Vara do Trabalho.

A APROPUC sempre se manterá aberta às negociações, desde que a Fundação São Paulo e Reitoria, efetivamente apresentem uma proposta que incorpore o reajuste de 7,66% e uma parte da porcentagem da dívida devida aos professores (veja íntegra das cartas enviadas à Reitoria e Fundação).

SOROCABA

Durante o Consun o professor Dirceu de Mello informou que a "Associação dos Professores de Sorocaba" firmou posição de adesão ao acordo individual proposto pela PUC-SP. A APROPUC

vem esclarecer que o campus de Sorocaba é uma unidade acadêmica da PUC-SP, ligada à Fundação São Paulo. Como tal a sua representação e os acordos coletivos que regem as relações de trabalho são firmados entre a Fundação e o Sinpro-SP, base territorial a

qual pertencem e a APROPUC. Assim todo e qualquer acordo dos professores que trabalham no campus de Sorocaba é representado pelas suas entidades sindicais, não podendo haver portanto qualquer acordo em separado da sua base de representação.

Carta encaminhada à Reitoria e Fundação São Paulo apresentando o resultado da assembleia de 14/4

A Diretoria da APROPUC comunica que os professores reunidos em Assembleia Geral Ordinária da APROPUC no dia 14/4, analisaram a proposta da Fundação São Paulo e deliberaram por:

1 - Rejeitar a proposta do pagamento à vista de 60% do valor total da dívida corrigido pelo ICV-DIEESE com recur-

sos que serão captados de Instituições Financeiras, cuja amortização se dará a médio e longo prazo;

2 - Rejeitar a incorporação imediata de 1 % de reajuste sobre o salário atual, o que vale dizer a aplicação de 1,23% sobre os salários vigentes em março de 2005;

3 - Ingressar com ação na justiça contra a Fundação São Paulo pelo não pagamento do devido aos

professores - dívida acumulada de 2005 e não incorporação do 7,66% de reajuste;

4 - A categoria se dispõe a uma futura negociação desde que a Fundação São Paulo e Reitoria, efetivamente apresente uma proposta que incorpore o reajuste de 7,66% e uma parte da porcentagem da dívida devida aos professores.

Entidades e professores manifestam apoio à luta dos docentes da PUC-SP

A APROPUC recebeu diversas manifestações de apoio à luta dos professores da PUC-SP, contra os ataques da Fundação e da Reitoria.

Além do ANDES-SN, o Tribunal Popular afirmou em nota que "apoia e está junto na luta da APROPUC, na garantia da lei e defesa de nenhum direito a menos".

A ABPESS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social) também manifestou solidariedade à luta dos professores. A Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) reproduziu no seu site a manifestação do SINPRO-SP (Sindicato dos Professores de São Paulo).

Professores de outras universidades, inclusive de fora do Brasil, também se posicionaram ao lado dos professores. A docente da Faculdade de Tandil, na Argentina, Andrea Oliva, doutora em Serviço Social pela PUC-SP afirmou que "é vital não retroceder, porque se não se seguirão muitos outros retrocessos."

As professoras de Ser-

viço Social, Janeth Luzia (UFRJ), Cristina Brites (UFF) e Jussara Mendes também se solidarizaram a APROPUC na luta contra a mercantilização do ensino.

A notícia repercutiu na imprensa. O jornal O Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde noticiaram a agressão da Fundação e da Reitoria contra os professores.

Esclarecendo as dúvidas dos professores

A APROPUC tem recebido várias solicitações de professores sobre as questões que envolvem a dívida de 2005 e a proposta de acordo individual feita pela Fundação São Paulo e Reitoria. A diretoria da entidade está encaminhando a realização de reuniões com os diversos departamentos da universidade para prestar esclarecimentos em relação a tais questões e seus desdobramentos.

Nesta semana também acontecem duas reuniões abertas dos professores, dia 6/5, às 11h e 17h30, na sede da entidade, para esclarecimento de dúvidas dos professores e na defesa do Acordo Coletivo de Dissídio da categoria.

Abaixo transcrevemos algumas questões que envolvem o reajuste de 2005.

SOBRE A INVIOABILIDADE DO DISSÍDIO

O dissídio coletivo é um acordo assinado entre o Sindicato dos Professores e o Sindicato patronal para estabelecer o reajuste salarial de modo a evitar perdas salariais. A Fundação quer que os professores desconsiderem o dissídio conquistado, que é um direito adquirido do trabalhador, rebaixando irremediavelmente seus próprios salários. O dissídio é coletivo e protege os trabalhadores de investidas patronais contra o indivíduo, sempre em desvantagem em uma correlação de forças entre patrão e empregado em uma lógica capitalista de exploração do trabalho.

POR QUE OS PROFESSORES NÃO DEVEM ASSINAR O ACORDO PROPOSTO PELA FUNDAÇÃO/REITORIA?

Porque é uma imposição, uma quebra de direitos trabalhistas e uma violação da convenção coletiva. Porque a soberania da assembleia dos trabalhadores deve ser respeitada. Porque a perda salarial redundará em destruição das condições de ensino. Porque pesará no futuro, com

mudanças na economia e, sobretudo, na aposentadoria e também no FGTS. Porque se deve resistir ao curso mercantil impresso pela Fundação.

SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA APROPUC

Uma assembleia, mesmo com número reduzido de participantes, está acima de qualquer indivíduo. A assembleia é uma instância legítima e democrática de uma categoria. Suas decisões são coletivas e representativas da categoria. A assembleia da APROPUC expressou democraticamente a resposta dos trabalhadores ao conflito. A diretoria não faz senão cumprir o programa para o qual foi eleita, ou seja, proteger os direitos trabalhistas e as condições de trabalho dos professores. Somente a assembleia poderia descumprir o programa. É necessário superar o individualismo e a democracia formal que dele decorre. A Reitoria não foi eleita com um programa de expropriação salarial, mas o está aplicando segundo os ditames da Fundação São Paulo.

O QUE REPRESENTA O ACORDO PROPOSTO PELA PUC-SP

A Fundação São Paulo e a Reitoria chamam de termo de acordo "que objetiva a quitação total do passivo e a liquidação de pendência que envolve o não pagamento do reajuste de 2005" um termo de perda do dissídio de 2005 e doação parcial da dívida acumulada até hoje. Trata-se da tentativa de impor uma perda de 40% do total da dívida e, em vez da incorporação de 7,66% sobre os salários de fevereiro de 2010, a aplicação de 1%.

A autorização para emissão de termo de acordo visa impor uma perda que já analisamos e rejeitamos. A Fundação São Paulo e a Reitoria aceitaram prorrogar as negociações e, frente às várias alternativas de pagamento apresentadas pela APROPUC/SINPRO-SP, reapresentam uma proposta discutida exaustivamente anteriormente. Na prática, ganharam tempo e não negociaram, desconsideraram o corpo docente que garante, dia após dia, a qualidade da PUC-SP enquanto co-

letivo representado na mesa de negociação pela APROPUC e pelo SINPRO-SP.

POR QUE IR À JUSTIÇA?

A ação judicial é o último recurso de uma categoria para garantir os seus direitos, esgotadas as alternativas de negociação. A resposta deveria ser a greve, exigindo o cumprimento do dissídio coletivo. Mas, justamente porque falta mobilização, e quando não há mais nenhum outro instrumento que permita garantir o que é de direito, é que somos obrigados a entrar na justiça. É uma situação esdrúxula, a de ter que recorrer à Justiça, quando essa deveria atuar a PUC-SP pelo descumprimento do acordo coletivo. Já que se esgotaram todas as tentativas de negociação, e, diante da intransigência da Fundação, que manteve a mesma proposta depois de APROPUC e SINPRO-SP encaminharem inúmeras possibilidades de pagamento sem recorrer ao endividamento bancário e tendo o prazo de prescrição do pagamento da dívida expirado, restou-nos apenas o recurso judicial.

Reunião aberta dos professores

A APROPUC convoca os professores a participarem de uma reunião aberta, em sua sede, para:

- ✓ Esclarecimento das dúvidas quanto ao reajuste de 2005
- ✓ Em defesa do Acordo Coletivo de Dissídio da Categoria

6/5

Quinta-feira - 11h e 17h30
Sede da APROPUC

Seguranças relatam condições de trabalho

A matéria abaixo foi nos enviada por funcionários da empresa Graber que, por motivos de segurança, solicitaram a sua não identificação.

No mês passado, seguranças da Graber fizeram novas denúncias com relação às péssimas condições de trabalho a que estão submetidos. Mas, desta vez, as denúncias foram encaminhadas diretamente ao Reitor, Prof^o Dirceu de Mello. Em nota, os seguranças pediam encarecidamente a intervenção do Reitor para os problemas já levantados anteriormente em outras denúncias, tais como:

* Mudança de escala dos vigilantes, que passaram a trabalhar 12x36 (dia sim, dia não) ocasionando uma redução significativa nos seus vencimentos;

* A sobrecarga dos Atendentes, que, passaram a ocupar os postos e exercer as funções dos vigilantes e, às vezes, dos Inspectores de Área. Os dois últimos têm um piso salarial superior ao dos Atendentes, além de não possuírem o treinamento necessário, obrigatório a todo Vigilante. Com toda essa mudança, mal planejada por parte da chefia da Graber, criou-se distorções de cargos e salários que, na verdade, já existiam, mas que agora vieram a agravar-se ainda mais. Alguns foram privilegiados, outros prejudicados.

O Prof. Dirceu, então, convocou uma reunião com a Graber. Posteriormente a Segurança convocou seus Vigilantes e expôs

o que o Prof. Dirceu havia dito: "Se mais denúncias a esse respeito chegarem à Reitoria, a Graber será tirada da PUC!". Infelizmente, vimos que o ilustríssimo Prof. Dirceu, que é formado em Direito, não se mostrou sensibilizado com a causa dos trabalhadores terceirizados, preferindo a saída mais fácil para o problema: a SUBSTITUIÇÃO da empresa de segurança!

Depois de chamar de "covarde" o autor (anônimo) da denúncia, a chefia da Graber perguntou aos Vigilantes presentes em reunião, quem concordava com tal denúncia. Todos se calaram com medo das punições, exceto um, que teve



Nos últimos meses, um número grande número de câmeras foi instalado pelo campus da PUC-SP. Muitas delas, escondidas. Os professores Hélio e Mário passaram a exercer um acompanhamento mais de perto dos trabalhos da segurança. Por um lado achamos bom, pois talvez assim eles possam identificar e corrigir muitos absurdos e falhas dessa atual chefia da Graber.



a coragem de dizer o que todos achavam: "Sim, eu concordo!". Terminada a reunião, a chefia obrigou todos a assinarem uma folha "em branco", alegando ser uma lista de presença que seria encaminhada posteriormente à Reitoria. Será?

* O chefe de Operações da Graber, em uma oportunidade anterior, disse-nos a seguinte frase: "Se a Graber perder o contrato com a PUC, quem vai perder o emprego são vocês. EU tenho o emprego garantido. Serei apenas transferido para outro cliente". Ou seja, se o barco afundar, eu te-

nho um colete salva-vidas, e vocês não! Daí, então, passamos a entender melhor o porquê de tanta omissão, desinteresse e falta de presença da parte da chefia.

* Nos últimos meses, um grande número de câmeras foi instalado pelo campus da PUC. Muitas delas, escondidas. Os professores Hélio e Mário passaram a exercer um acompanhamento mais de perto dos trabalhos da segurança. Por um lado achamos bom, pois talvez assim eles possam identificar e corrigir muitos absurdos e falhas dessa atual chefia da Graber, que é na verdade, a origem de tanta insatisfação e revolta. Mas, este

acompanhamento, por outro lado, vem se tornando uma pressão a mais sobre os seguranças. Além dos "cinco chefes" (desnecessários) a que estamos subordinados, agora se somaram mais dois que passaram a vigiar nosso trabalho de perto. Inclusive nos monitorando através da nossa própria Central. Houve recentemente a demissão de um Segurança da Deric, solicitada pelos professores, porque foi "pego" num desses monitoramentos.

* Atendentes são ainda obrigados a cobrir horário de almoço dos Inspectores

de área, assumindo toda a responsabilidade durante esse tempo, tarefas e obrigações. Achamos que o almoço de Inspectores deveria ser coberto por outros, com o mesmo cargo.

* Outro absurdo cometido em relação aos Atendentes é o fato deles terem que fazer "escorta" aos funcionários da Tesouraria da PUC, quando estes transportam malote de dinheiro para a agência bancária na Rua Ministro de Godói. Ora, os mesmos não têm treinamento nem suporte para exercer tal atividade de risco.

* É normal vermos os professores, já mencionados, circulando pelo campus questionando os procedimentos de seus postos. Lembramos aos professores que todos nós somos "jogados" nos postos sem orientação alguma por parte da chefia. Cada um busca "sozinho" aprender os procedimentos daquele posto.

* Gostaríamos de expor outra questão, sobre o uso obrigatório do "paletó" no uniforme. Sob um sol de mais 30°C, torna-se insuportável o uso do mesmo, que é de tecido grosso e barato.

* Ultimamente, presenciávamos várias contratações de seguranças pela Graber. Estranhamos o fato, já que vários postos foram e estão sendo desativados. Nos parece uma estratégia de substituição dos seguranças antigos por novos, para que assim consigam nos calar!

Núcleo Communards chama os estudantes a discutir e defender o Marxismo na PUC-SP

*Thiago Barba e
Simone Ishibashi*

Discutir alguns dos temas teóricos e políticos fundamentais de nosso tempo à luz da teoria marxista, e atuar no sentido de unificar a teoria com uma prática questionadora e subversiva da ordem atual. Este é o sentido fundamental do Núcleo Communards. A busca por discutir temas teóricos de fundamental importância, como as diversas experiências revolucionárias do século XX, suas diretrizes teóricas, conceitos, lições e legado vivente em nossos dias, aliam-se à análise dos problemas atuais que seguem sem encontrar espaço cativo nos debates realizados em sala de aula. Dentre estes, podemos nomear os efeitos da crise capitalista em curso, que se mostra muito longe de ter sido sanada, tendo em vista a falência de países europeus, como a Grécia, e temas políticos polêmicos e de importância nacional e internacional. Portanto, a perspectiva posta é uma tentativa inicial, mas resoluta, de criar um espaço de reflexão, debate e organização de estudantes que queiram conhecer o marxismo e suas vertentes teóricas de maneira viva, partindo de que este nunca desligou seus esforços teóricos da intervenção na realidade.

Mais que um grupo de estudos, o Núcleo Communards pretende ser um núcleo de resistência e questionamento também à crescente elitização e

perda dos espaços de debate crítico dentro de nossa universidade, a PUC-SP. Num momento em que correntemente se enxerga a universidade como um mero espaço "preparatório para entrada no mercado de trabalho", e não como uma usina de conhecimento voltada ao questionamento da ordem que nos é imposta e ao debate sobre os temas mais importantes de nossa realidade, o Núcleo Communards quer recolocar em pauta a necessidade de romper estas estruturas frias e sem vida que reproduzem e semeiam a apatia. Quer questionar, por exemplo, o papel da Igreja, imersa em uma série de escândalos de pedofilia, em nossa universidade. Quer questionar as estruturas de

poder antidemocráticas que dominam a universidade. Quer questionar a serviço de quê está o conhecimento produzido aqui. Quer trazer à tona as resistências à crise capitalista que já se gestam mundo afora, suas expressões teóricas e artísticas que são completamente ignoradas dentro dos muros de nossa universidade. Não queremos reproduzir a teoria marxista domesticada e inofensiva que muitas vezes encontramos nos programas acadêmicos, mas como uma arma afiada para analisar a realidade visando transformá-la.

O Núcleo Communards já conta com um ano de existência na defesa do Marxismo na PUC-SP, levando em conta o debate das mais distintas corren-

tes que existem no campo marxista, sendo impulsionado por estudantes do Movimento A Ple nos Pulmões e outros da PUC-SP de diversos cursos, como Ciências Sociais, Economia, e Serviço Social, contando ainda com a participação do professor Pedro Fassoni, e tem reuniões de manhã e à noite. **Nesta terça-feira, 4/5, acontecerá, às 18h, no Pátio da Cruz, uma nova sessão do Núcleo Communards**, que debaterá Cuba, seu passado revolucionário e contradições em nossos dias. Chamamos a todos os estudantes que se interessam pela perspectiva posta acima a juntarem-se a nós.

Thiago Barba e Simone Ishibashi são integrantes do Núcleo Communards

A APROPUC CONVIDA PARA O LANÇAMENTO DA

REVISTA

PUCViva 35

COORDENAÇÃO:
PROF^a MARIA BEATRIZ ABRAMIDES

DEBATE COM:
Prof^o Erson Martins Oliveira
Prof^a Lighia Matsushigue
Talita Luzia Tecedor
Nataniel Dal Moro
Felipe Campos
Valério Paiva
Ana Cristina B. Pimenta

mercantilização do

Ensino

e ensino a distância

**Dia 06/05/2010, 19 h,
Auditório 333 da PUC-SP
R. Ministro de Godói, 969, Prédio Novo**

MST faz balanço de sua Jornada de Lutas

No dia 23/4, a Secretária Nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) lançou um balanço da Jornada de Lutas do Abril Vermelho de 2010. Os dirigentes do MST acreditam que a mobilização foi vitoriosa, pois ocorreram protestos e ocupações em quase todos os estados do Brasil.

As principais reivindicações do MST perante o governo são: recuperação do orçamento do Incra; recursos para a desapropriação das fazendas com processos prontos; publicação da portaria que atualiza os índices de produtividade, e que discuta seriamente formas concretas de organizar a produção nos assentamentos.

A entidade explica que essas pautas não são novidades para o movimento, porém pouco se fez para a Reforma Agrária no país, mesmo no governo Lula. Além disso, aumentou a

criminalização daqueles que lutam pela terra.

"No Poder Judiciário, o ministro Gilmar Mendes se transformou em porta-voz do latifúndio, defendendo sempre e apenas o direito absoluto da propriedade, desconhecendo o que diz a Constituição, e abandonando o posto de magistrado para se transformar em advogado dos interesses dos fazendeiros. Ele nunca se preocupou em receber a CNBB e a CPT para explicar porque, dos 1.600 assassinatos de trabalhadores e lideranças no campo de 1985 para cá, apenas 80 têm processos judiciais, 16 foram condenados e apenas oito estão presos. Nem explicou quais medidas o Poder Judiciário está tomando em relação aos flagrantes delitos contra o meio ambiente e as situações de trabalho escravo do latifúndio.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que grilou uma terra pública de 2.500

hectares em Tocantins e expulsou os posseiros pobres, levanta-se como baluarte da tradição, da família e propriedade, sonhando em ser vice na chapa do Serra. Pelo papel que ela tem cumprido à frente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), sabemos que ela vai representar os interesses mais reacionários da burguesia brasileira caso consiga disputar as eleições. Os ataques contra os trabalhadores já começaram. Sabemos que podem piorar", diz o documento.

Em 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores rurais, que participavam de uma marcha, foram covardemente assassinados pela Polícia Militar do Pará, em Eldorado dos Carajás. Até hoje ninguém foi preso ou punido. Em 2002, foi aprovado o projeto de lei que instituiu a data, como Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Ajude na campanha de solidariedade ao povo do RJ

A APROPUC e o Centro Acadêmico de Serviço Social, gestão Pagu, estão realizando uma campanha em solidariedade aos trabalhadores e ao povo do Rio de Janeiro. A campanha está arrecadando doações financeiras, de alimentos não perecíveis e roupas, na sede da APROPUC e no CA de Serviço Social.

Confira um trecho da declaração de solidariedade:

"O que de fato vemos é

que a política do Governo Federal e Estadual, além de não criar condições de infra-estrutura, tratam os moradores da periferias com uma brutal repressão, colocando-os como culpados por 'morarem em áreas de risco'. Mas, ao mesmo tempo, são essas pessoas que se solidarizam entre si, ajudando umas as outras e que vem controlar as ações emergenciais de infra-estrutura e abastecimento do povo carioca

nesse atual contexto.

Desde a PUC-SP nos colocamos em intensa solidariedade aos trabalhadores e ao povo carioca, denunciando a omissão das autoridades e a brutal repressão aos habitantes de morros e periferias. Assim como exigimos um verdadeiro plano de obras públicas sob controle dos sindicatos e associações de moradores, para enfim dar condições necessárias para a vida da população".

Desalojados do Jardim Pantanal ocupam área na Vila Curuçá

Cerca de 100 famílias ocuparam, na madrugada do dia 17/4 para o dia 18/4, um terreno na Vila Curuçá, zona leste de São Paulo. A maioria das pessoas que ocupam o terreno vieram do Jardim Pantanal, área atingida pelos alagamentos da várzea do Tietê no começo do ano e onde ocorreram diversos despejos forçados pela prefeitura, com o objetivo de se limpar a área para a construção do Parque Linear do Tietê.

Durante o processo de remoção das casas a prefeitura ofereceu um auxílio aluguel de R\$300,00, valor muito inferior ao preço médio dos aluguéis em São Paulo. Além disso, os moradores não receberam nenhuma indenização pelas suas casas e não há planos para que recebam novas moradias.

As principais reivindicações da ocupação são: o fim das remoções na região do Jardim Pantanal, indenização das casas que já foram removidas e construção de moradias para a população de forma gratuita.

No dia 19/4, um dia após a ocupação, a Polícia Militar se instalou em frente à ocupação para impedir a entrada de madeira e outras matérias para a construção de barracas. No dia 21/4 não deixaram entrar água e comida, e no dia seguinte, após ligação de um deputado estadual para a chefia da Polícia Militar, a entrada dos produtos foi liberada.

A Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social) lançou uma nota em apoio a ocupação.

ROLA NA RAMPA



VALELIO PAIVA

Debatedores expõem questão da gestão pública em São Paulo

Lançamento de livro debate gestão pública nas cidades

No dia 29/5, ocorreu o lançamento dos livros *A cidade de São Paulo - Relações Internacionais e Gestão Pública*, organizado por Luiz Eduardo Wanderley e Rachel Raichelis, *O Município e as Relações Internacionais - Aspectos Jurídicos*, organizado por José Blanes Sala e o *Ca-dernos Metrópole Vol. 11 nº 22*, periódico do Observatório das Metrópoles - Núcleo São Paulo. Na ocasião, os debatedores José Blanes Sala, Luiz Eduardo Wanderley, Rachel Raichelis e Peter Spink expuseram o resultado de suas pesquisas.

Luiz Wanderley refletiu sobre a cidade de São Paulo no contexto internacional. "Os indicativos econômicos caminham para um sentido, mas os indicativos sociais, apontam para o sentido inverso. Por isso, acredito que São Paulo ainda não é uma cidade global", comentou. A professora Rachel Raichelis abordou a influência dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, no contexto neoliberal, em São Paulo, e como eles influenciam as gestões públicas e as políticas sociais da cidade.

Consun aprova vagas para o vestibular de inverno

Na reunião do Consun, entre outras pautas, foi aprovada a configuração do Vestibular de Inverno, que contará com 1195 vagas. O diretor adjunto da Faculdade de Direito, Marcelo Sodrê, rebateu as críticas do CA "22 de Agosto" sobre a inclusão de 60 vagas do curso de Direito. Para Sodrê, a ação não se constitui em mercantilização do ensino, pois o número de vagas da Faculdade não será aumentado (o vestibular de verão

terá 60 vagas a menos). Os alunos questionaram a mudança do número de vagas do conselho departamental que teria impedido uma melhor discussão do assunto, mas o diretor afirmou que a responsabilidade da decisão não era da Faculdade, mas obedecia a uma demanda do novo estatuto da universidade e que as queixas deveriam ser remetidas à Reitoria e ao Consun, quem aprovou o novo texto.

André Singer ministra palestra sobre Lulismo

No dia 4/5, às 17h, será realizada a palestra *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*, com o professor An-

dré Singer, do Departamento de Ciência Política da USP. O evento acontece na sala 100-A.

AFAPUC promove dança de salão

A AFAPUC convida os funcionários administrativos da PUC-SP para as aulas de Dança de Salão com o professor Renato Galhardo. As aulas terão início no dia 17/5, às segundas e quartas, com turmas em dois horários (das 13h às

14h e das 14 às 15h). Aos associados será cobrado R\$15,00, com desconto em folha, e não associado R\$40,00, com pagamento na secretaria da Associação. Mais informações: (11) 3670-8208 ou na sede da AFAPUC.

Hospital Santa Lucinda completa 60 anos

No dia 15/4, na Câmara Municipal de Sorocaba, o Hospital Santa Lucinda foi homenageado pelos serviços prestados à cidade. Foram homenageados também seis funcionários do Hospital e o Vice-Presidente da AFAPUC, Flavio Luis Nogueira, rece-

beu uma placa em nome de todos os funcionários. Além dessa homenagem, a PUC-SP também fez uma missa, na qual estavam presentes o reitor Dirceu de Mello e o Grão-Chancellor Dom Odilo quando outros dois funcionários foram homenageados.



LUCIANO QUIRINO

Professores e funcionários celebram os 60 anos do Hospital Santa Lucinda

Abertas inscrições para a Copa CACS

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais e o Comitê de Esportes do CACS estão organizando a Copa CACS de Futebol de Salão. As inscrições podem ser feitas até o dia 5/5, preenchendo a

ficha que se encontra no xerox do Centro Acadêmico. A inscrição para times masculinos é de R\$ 60,00 e R\$ 40,00 para times femininos. As vagas são limitadas. Bola na rede!

TV PUC faz série de programas sobre Paulo Freire

A TV PUC preparou uma série especial de programas sobre Paulo Freire, com apresentação de Alípio Casalli e Moacir Gadotti, sempre às 20h. Confirma a programação: no dia 4/5, o programa receberá Luíza Cortesão - Professora Emérita da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Já no dia 11/5, a

convidada será a Doutora em Sociologia pela USP e Livre Docente pela Unicamp, Silvia Maria Manfredi. Dia 18/5, o programa terá participação de Pepe Aparício, do Centre de Recursos i Educació Contínua (CREC), de Valência, Espanha, e, por último, Florêncio Varela, Diretor Geral de Alfabetização e Educação de Adultos, de Cabo Verde.